

Lei Nº 1.104/2010

“DISCIPLINA A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS NA ÁREA URBANA DA CIDADE DE ANGELINA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os proprietários de imóveis urbanos no Município de Angelina ficam obrigados à construção e conservação das calçadas correspondentes aos limites de seu patrimônio, desde que o logradouro seja pavimentado.

Art. 2º - O meio fio servirá de referência à construção das calçadas, observando-se, além do Plano Diretor, o seguinte:

I – quanto ao revestimento - as calçadas e passeios serão revestidos obrigatoriamente de material não derrapante;

II – quanto à altura:

a) não será permitida a construção de calçadas em desnível com calçadas laterais e quando justificado o desnível pela falta de meio fio, o desnível será obrigatoriamente em rampa, com prévia autorização do Poder Público;

b) se o logradouro não dispuser de meio fio, a calçada terá a altura que vier a determinar o Poder Público; se o logradouro dispuser de meio fio, a calçada obedecerá o nível do meio fio e se estenderá desde o meio fio até o limite de alinhamento do imóvel;

Art. 3º - Se o imóvel não dispuser de calçada quando da construção de meio fio, o proprietário fica obrigado a construí-la no prazo máximo de 01 (um) ano a contar da colocação do meio fio.

Parágrafo Único – Nas ruas já pavimentadas os proprietários de imóveis urbanos ficarão obrigados a construir as calçadas, nos limites de seu patrimônio, dentro do prazo máximo de 01 (um) ano, a contar da entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º - O proprietário urbano que infringir esta Lei será multado em 0,1 UFM - Unidade Fiscal Municipal, por metro quadrado de calçada que lhe cabe construir.

§ 1º - Esta multa será acrescida de 20% (vinte por cento) cada ano, cumulativamente;

§ 2º - Se a propriedade constar de terreno baldio ou imóvel abandonado e/ou desabitado, os proprietários serão convocados através de edital;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina/SC, em 02 de Junho de 2010

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal